

CRISTOVAM BUARQUE: POLÍTICO OU INTELLECTUAL DA EDUCAÇÃO?

Rosely Aparecida Bittencourt*

RESUMO

Investigando o intelectual e o poder, em particular, o intelectual que assume atividade de representação partidária, aportamos em Cristovam Buarque, um ideólogo que cria o conceito de Modernidade Ética, uma concepção utópica de sociedade, sem apartação e com justiça social, construída a partir da inversão de prioridades e centralidade na educação. Inquietava-nos se Cristovam Buarque se apresenta como intelectual ou político e se seus princípios se subordinam à ação do Partido que o representa. Partimos da hipótese de que a linha que separa o intelectual e o político é tênue e quando esse assume o poder, através da representação partidária, desenvolve-o em consonância com as diretrizes do Partido. Em busca de respostas traçamos a trajetória do intelectual em tela em sua gestão no Governo de Brasília e no Senado Federal, utilizando-nos de relatórios, documentos oficiais, discursos e entrevistas dadas aos meios de comunicação, como a opinião autorizada, para analisar as informações brutas e extrair delas o sentido de suas posições. Identificamos em Cristovam Buarque um intelectual à francesa, que subordina os princípios do partido aos seus próprios princípios, tendo sua ação política no Governo do Distrito Federal e Senado coerentemente articulada com sua formulação teórica.

75

Palavras-chave: *Intelectual. Ação política. Representação partidária.*

* Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba; Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Doutora em Educação pela Universidad De La Empresa/Uruguay. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Curitiba atuando, atualmente, como professora de pós-graduação do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX), da Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter), da Faculdade ITECNE de Ponta Grossa e da Faculdade Padre João Bagozzi/Curitiba.

CRISTOVAM BUARQUE: ¿POLÍTICO O INTELECTUAL DE LA EDUCACIÓN?

RESUMEN

Investigando el intelectual y el poder, en particular, el intelectual que asume actividad de representación partidaria, mostramos en Cristovam Buarque, un ideólogo que crea el concepto de Modernidad Ética, una concepción utópica de sociedad, sin apartarse de la justicia social construida a partir de la inversión de prioridades y centrada en la educación. Nos inquieta si Cristovam Buarque se presenta como intelectual o como político y si sus principios se subordinan a la acción del Partido al cual representa. Partimos de la hipótesis de que la línea que separa el intelectual y el político es tenue y cuando éste asume el poder, a través de la representación partidaria, lo desarrolla en consonancia con las directrices del Partido. Buscando respuestas trazamos el trayecto del intelectual en su gestión en el Gobierno de Brasilia y en el Senado Federal, utilizando los informes, documentos oficiales, discursos y entrevistas dadas a los medios de comunicación, como la opinión autorizada, para analizar las informaciones en su estado puro y extraer de ellas el sentido de sus posiciones. Identificamos en Cristovam Buarque un intelectual al estilo francés, que subordina los principios del partido a sus propios principios, siendo su acción política en el Gobierno del Distrito Federal y en el Senado coherentemente articulada con su formulación teórica.

Palabras-clave: *Intelectual. Acción política. Representación partidaria, Cristovam Buarque.*

CRISTOVAM BUARQUE: POLITICAL OR INTELLECTUAL OF THE EDUCATION?

ABSTRACT

When investigating the intellectual in power, especially the intellectual that assumes office as a party representative, we point out Cristovam Buarque, an ideologist that creates the concept of Ethical Modernity, an Utopian concept of a non-segregated society based on social justice and centralized in education. We wondered if Cristovam Buarque appeared as an intellectual or as a politician and if he has subordinated his principles to his party actions. We hypothesize that the line that separates the intellectual from the politician is tenuous and whether he developed his activities according to his Party guidelines when he assumed power representing his party. In the quest of answers we drew this intellectual's path during his administration as a governor of Brasília (BR) and as a Senator, by means of reports, official documents, speeches and interviews he has given to the media as an authorized opinion to analyzing and extracting his positions from the information gathered. We identified a French style intellectual in Cristovam Buarque. He subordinated the principles of his party to his own principles, and articulated coherently his political actions to his theoretical formulation as a Governor of the Federal District and a Senator for his country.

77

Keywords: Intellectual. Political action. Party representation.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre intelectuais e poder é recorrente, animado e tão antigo quanto a construção desse conceito. A designação "intelectual" surge no século XIX para identificar os defensores da revisão do processo do caso Dreyfus. O substantivo, usado na época de forma pejorativa por opositores à causa, relaciona o intelectual à crítica e o vincula a um posicionamento de esquerda. Originalmente o termo "intelectual" designa

uma vanguarda cultural e política que ousava desafiar a razão do Estado (Silva, 2002) e a história dos intelectuais é marcada pela subordinação de princípios às paixões políticas. É o que se observa, já no início do século XX, quando, em face do contexto ideológico do período, o verdadeiro intelectual era o de esquerda, engajado politicamente.

Sem nos prender a tipificações e sem pretender elencar elementos novos neste debate, uma vez que nosso intento é mais simples e modesto, reiteramos o raciocínio de Bobbio (1997), que, entre intelectuais e políticos, existe um hiato difícil de eliminar e somente em tempos excepcionais é possível diminuí-lo e fazê-lo desaparecer. Ainda conforme Bobbio (1997), podemos caracterizar a relação entre intelectuais e poder: quando os próprios intelectuais estão no poder; quando exercem sua influência sobre o poder, estando fora dele, elaborando propostas ou fornecendo informações históricas, econômicas e técnicas aos políticos; quando desempenham a função de legitimar o poder constituído ou de antagonizar o poder; quando consideram não ter nada a ver com os eventos da polis, já que o seu reino não é deste mundo.

78

Interessa-nos, neste momento, discutir os intelectuais no poder, mais precisamente o intelectual político que assume atividade de representação partidária. Para tanto, retornamos a Bobbio (1997), que distingue a tarefa do intelectual como tarefa de criação de ideias, que tem por função persuadir ou dissuadir, encorajar ou desencorajar, exprimir juízos, aconselhar, fazer propostas e induzir opiniões sobre as coisas; e a tarefa do político que é extrair desse universo de estímulos diversos, às vezes opostos e contraditórios, elementos para a tomada de decisões. Bobbio ressalta que existem casos em que é perfeita a identificação na mesma pessoa do intelectual e do político.

É neste cenário que aportamos em Cristovam Buarque, um ideólogo fiel aos seus próprios princípios, que assume, por duas ocasiões, atividades de representação partidária, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e,

posteriormente, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Para nossa articulação de análise, algumas questões se fizeram presentes: em suas atividades de representação partidária, Cristovam Buarque se apresenta como intelectual ou como político? Existe pureza nesta distinção? Seus princípios se subordinam à ação do Partido que o representa? Em busca de respostas, procuramos traçar o caminho seguido pelo intelectual em tela em sua gestão no Governo de Brasília e no Senado Federal, utilizando-nos de relatórios, documentos oficiais, discursos e entrevistas dadas aos meios de comunicação como uma opinião autorizada para analisar as informações brutas e extrair delas o sentido de suas posições.

2. CRISTOVAM BUARQUE

Entendendo que um texto deve ser reportado ao seu contexto, iniciamos nosso raciocínio navegando rapidamente pelas defesas e opções assumidas por Cristovam Buarque, um intelectual que possui estreita afinidade com a educação. Apesar de sua formação técnica – engenheiro mecânico com doutorado em economia – Cristovam Buarque tem na educação uma utopia e nela “milita” desde os quatorze anos de idade, quando inicia sua carreira docente. Reconhecido no campo pedagógico, atua em universidade pública como professor titular da Universidade de Brasília (UnB) desde 1979, e assume posições de destaque no âmbito institucional, sendo reitor na gestão de 1985 a 1988. No campo da produção discursiva, computa vinte e um livros e inúmeros artigos publicados em diferentes áreas de conhecimento, dando ênfase à educação e agregando expressivo capital simbólico, o que lhe permite autonomia na construção intelectual.

Cria os conceitos de “modernidade técnica” e “modernidade ética”, modelos de desenvolvimento norteados, respectivamente, pelo progresso material e pela subordinação da racionalidade econômica ao social. A “modernidade técnica” representa o padrão de sociedade atual, desumanizante, injusto e apartado, enquanto que a “modernidade ética” evidencia um projeto alternativo de sociedade, alicerçado na igualdade, liberdade, paz e justiça

social. A Modernidade Ética amplia o conceito de liberdade, não mais como sinônimo de consumo, mas de conquista do tempo social livre e distribuição equitativa dos resultados da prosperidade entre os homens, construída com a crescente eficiência tecnológica, a serviço das necessidades sociais e materiais do homem.

A construção dessa nova modernidade implica revisão dos problemas e dos objetivos nacionais, hoje mitificados pelo raciocínio economicista. Neste entendimento, os reais problemas nacionais são de cunho social: ausência de consciência coletiva, analfabetismo e deseducação básica, mortalidade infantil e falta de atendimento adequado à saúde, baixa produtividade, destruição do patrimônio natural e cultural, falta de lazer e demais problemas que interferem no nível de vida da população. A economia, neste caso, é somente um meio para atingir os objetivos sociais.

O intento modernizador em Cristovam Buarque exige o fim da exclusão da maioria, com a solução dos problemas sociais que caracterizam a pobreza no país, isto é, a incorporação dos milhões de excluídos no mínimo necessário e, ainda, de modo que essa população idealize, defina, planeje e lute para construir a utopia. Exige, portanto, uma escolha ética que defina os propósitos da sociedade e a eles subordine a economia e o uso da ciência e da tecnologia.

Para reverter o quadro social imposto pela “modernidade técnica” e construir uma “modernidade ética” sem apartação, advoga que é necessário mudar radicalmente as prioridades hoje vigentes na sociedade, defendendo que nenhuma das prioridades é mais dinamizadora das mudanças do que a educação, sendo esta, portanto, a primeira dentre elas. A educação é que tornará possível a distribuição de renda e a retomada do crescimento tão propalada pela modernidade técnica e não atingida pelo raciocínio econômico. A “modernidade ética” vê a educação e o enriquecimento cultural como um objetivo em si e a escola é o instrumento de sua realização. A escola eticamente moderna é aquela que ensina as crianças a serem

cidadãos solidários, conscientes de sua nacionalidade, orgulhosos de sua cultura, responsáveis, competentes e eficientes no mundo contemporâneo, construtores e desfrutadores da liberdade.

A construção teórica de Cristovam Buarque se pauta em um modelo de modernização, ético e social, construído a partir do desejo utópico de rompimento com o modelo de modernidade vigente. Possui compromisso político com um socialismo de novo tipo, que pode ser chamado de socialismo humanista, sociedade utópica ou modernidade ética, visto que não se prende à terminologia, mas à proposta de um processo civilizatório ético, estético e social.

A relação de Cristovam Buarque com o partido político remonta da década de sessenta, quando militou em movimentos e partidos de esquerda, sendo exilado pelo regime militar. De volta ao Brasil, em 1989, filiou-se ao PT, assumindo atividades de representação partidária, elegendendo-se governador do Distrito Federal para o mandato de 1995 a 1998, representando a ala moderada do partido. Atualmente é Senador da República, eleito pelo PT, com o maior número de votos alcançado pelo Senado do Distrito Federal. Assumiu, também, função tecnocrata junto ao Governo do PT, sendo designado Ministro da Educação. Ser Ministro da Educação era um velho sonho confesso de Cristovam Buarque, porém deixou o cargo no mês em que completaria um ano de ministério, a pedido do Presidente, que justificou a decisão pela ausência de resultados e pelo excesso de discursos e teorias.

81

2.1. No Governo do Distrito Federal

Entre 1995 e 1998, Cristovam Buarque foi governador do Distrito Federal, pelo PT, quando administrou, sustentando a proposta de participação popular em todas as etapas de elaboração do orçamento público, inclusive no acompanhamento de licitações e fiscalização de cronograma de execução. Propondo a participação consciente, estabeleceu comissões de

acompanhamento de licitações e obras, instrumentando seus delegados e conselheiros por meio de cursos de formação e qualificação e debates temáticos com especialistas técnicos. Para Cristovam Buarque, o orçamento participativo é um passo em direção à administração participativa, pois não é focado em objetivos financeiros ou políticos de empoderamento do povo, mas na tentativa de reacender a convivência nas cidades e resgatar a eficiência cidadã. O seu governo priorizou as propostas oriundas do orçamento participativo, destinando-lhes cerca de 25% do total de investimentos daquele período.

Segundo dados oficiais, em quatro anos de gestão no Governo do Distrito Federal, Cristovam Buarque executou mais de 3.000 (três mil) obras, dos mais variados tamanhos e funções, distribuídas geograficamente por todas as cidades do Distrito Federal. Tais obras, voltadas às áreas de saneamento, saúde, educação, assistência social, infraestrutura, transportes, esporte e lazer, cultura, não possuíram visibilidade, porém isso é justificado por De Paula(2006) da seguinte forma:

O fato de isso não ter chegado aos chamados formadores de opinião, pode ser explicado, em parte, pela pouca propaganda e divulgação. Cristovam sempre foi avesso a gastar recursos com propaganda: primeiro educação e saúde, dizia. Para exemplificar, das quase 1000 obras construídas pela NOVACAP, apenas 4 [quatro] foram lançadas em solenidades públicas e somente 3 [três] foram inauguradas com alguma 'festa' (p.xi).

Dirigiu especial atenção à educação, investindo em recuperação e construção de escolas e em programas e projetos sustentados em quatro linhas de ação: universalização do acesso e garantia de permanência na escola, qualidade da educação, valorização dos trabalhadores em educação e gestão democrática. Implantou o programa ícone de sua vida pública o "Bolsa Escola", que se sustenta na destinação às famílias pobres e vulnerabilizadas de uma bolsa auxílio no valor de um salário mínimo, para que mantenham seus filhos na escola e os afastem do trabalho infantil. Criou e implantou, ainda:

- Programa Poupança-Escola, que previa a criação de uma caderneta de poupança aos alunos aprovados e matriculados na série subsequente, com o depósito no valor de um salário mínimo ao final de cada ano letivo e cuja liberação ocorria quando da conclusão do ensino médio;
- Cesta Pré-Escola, criada para suprir a necessidade de creches, consistia em assegurar uma cesta básica com alimentos e brinquedos pedagógicos como forma de garantir a base mínima para o desenvolvimento intelectual das crianças, particularmente as mais pobres, e a melhoria do cuidado e educação das crianças, uma vez que, em contrapartida, os pais deveriam participar de cursos mensais de atendimento e de educação infantil;
- Bolsa-Alfa, pela qual se pagava o equivalente a R\$100,00 (cem reais) pela primeira carta escrita em sala de aula no final do curso de alfabetização;
- Mala do Livro, isto é, bibliotecas domiciliares com acervo entre 250 (duzentos e cinquenta) e 300 (trezentos) livros infanto-juvenis, didáticos, de pesquisas, de literatura brasileira e estrangeira, montadas nas comunidades periféricas e sob a responsabilidade de um morador, o Agente Voluntário da Leitura;
- Jornada Integral, eliminando a jornada intermediária, aumentando os turnos diários para cinco e seis horas em 50% das escolas da rede pública;
- Escola em Casa, cujo objetivo era aumentar o desempenho dos alunos do ensino médio e auxiliar na universalização da escola, consistindo na formação de monitores (estudantes do ensino médio) para que atuassem no reforço escolar por dez horas semanais junto a alunos do ensino fundamental, em suas próprias residências. Cada monitor recebia meio salário mínimo por mês.

O fornecimento de bolsas-auxílio nos programas educacionais é assim justificado:

Fazer o Estado pagar às famílias para que mantenham seus filhos na escola é,

ao mesmo tempo, uma forma de melhorar a qualidade de vida da população mais pobre e um incentivo para que as crianças não acabem no trabalho infantil. Assim, as crianças pobres têm a chance de se igualarem, em oportunidade, aos filhos das classes mais favorecidas. (De Paula, 2006, p.xii).

Em uma perspectiva de educação permanente, implantou, após aprovação pelo Conselho de Educação, o curso de magistério para profissionais da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, organizado em eixos temáticos e núcleos disciplinares. Reativou a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) como um espaço de discussão e sustentação do Projeto Político Pedagógico da rede oficial de ensino, a chamada Escola Candanga, que integra conteúdos a partir da interdisciplinaridade, incorpora temas transversais e o desenvolvimento de projetos educacionais, científicos, culturais, esportivos e sociais, amplia a jornada de aulas, garante o acompanhamento pedagógico e a continuidade deste, entre os níveis de ensino infantil, fundamental e médio. A Escola Candanga rompe com o tradicional modelo de séries de ensino e o substitui por fases de aprendizado.

84

Através da Lei Complementar nº 51, de 1997, cria o Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério do Distrito Federal (FUNDEVAM), abrangendo o ensino infantil, fundamental e médio, bem como programas para o aperfeiçoamento do corpo docente.

Como uma alternativa de integração entre a educação básica e a superior, implantou, com o apoio da UnB, o Programa de Avaliação Seriada (PAS) que consiste na realização de exames ao longo do ensino médio, cujo aproveitamento definirá o ingresso na universidade. O propósito de tal sistema de seleção é estimular a dedicação ao estudo pelos alunos no decorrer do ensino médio, a partir da perspectiva do acesso à educação superior, além de romper com o ritual do vestibular como o processo eliminatório de um único episódio seletivo. Essa proposta de seleção

para a universidade foi posteriormente adotada por diversas cidades e/ou instituições de ensino brasileiras.

Como resultado dos investimentos na área da educação, a gestão de Cristovam Buarque no governo do Distrito Federal registra os seguintes índices: 99% das crianças da faixa etária entre 07 e 14 anos com escolarização, igualando-se aos indicadores de países desenvolvidos; aumento de 22% das matrículas na pré-escola; aumento de 45% dos concluintes do ensino fundamental e de 37% do ensino médio; diminuição dos índices de evasão escolar (4,9% no ensino fundamental e 12,8% no ensino médio).

Na área da assistência social, estabeleceu ações de combate à exclusão social, priorizando a criança e o adolescente, razão pela qual transformou a Secretaria de Desenvolvimento Social em Secretaria da Criança e Assistência Social. Estabeleceu um Sistema de Atendimento à Criança e ao Adolescente, que visa à prevenção, proteção e emancipação de crianças e famílias em situação de risco e vulnerabilidade, no qual se incluem os já citados Bolsa-Escola, Poupanga-Escola, Cesta-Pré-escola, Escola Candanga, entre outros, além de desenvolver programas de prevenção, proteção e promoção social a crianças e adolescentes.

A criança, além de prioridade, passou a ser sua obsessão:

Cristovam passou a ter sob sua mesa, e em um computador portátil que sempre carregava, a lista das crianças que estavam ou viviam nas ruas, quando da sua chegada ao governo. Com esta lista, ele despachava com o secretário da Criança e Assistência Social, cobrando resultados concretos para cada criança. No governo Cristovam, a criança deixou de ser uma estatística, passou a ter nome, idade, parentesco. O resultado deste acompanhamento logo se fez perceber. Para cada criança havia uma solução: se tinha pais, recebiam uma Bolsa Escola, com a condição de manter o filho e garantir sua frequência às aulas. Se não tinha pais, buscava-se um parente ou uma família,

mesmo pobre, que a adotasse, garantindo-lhe a Bolsa-Escola. Este trabalho repercutiu positivamente, sendo verificada a queda do número de crianças e adolescentes em situação crônica de rua. Passou de 1.830 em 1995, para 896 em 1996 [redução de 51%]; Em dezembro de 1998 encontravam-se 524 crianças em situação crônica de rua [uma redução de 72%]. No final do governo Cristovam não havia praticamente crianças nas ruas. (De Paula, 2006, p.97).

86 Durante o período, o governo do Distrito Federal recebeu distinções e premiações de organismos nacionais e internacionais. Porém a gestão de Cristovam Buarque no Governo não obteve o mesmo reconhecimento da imprensa e da opinião pública. Em entrevista para a série “Quem é” (Buarque, 1998), livro baseado em entrevistas realizadas nos dias 16 e 17 de agosto de 1997, Cristovam Buarque assegura que há uma ideia clara no Distrito Federal de que o governo é melhor do que a imagem que se tem dele. Quanto aos programas sociais, avalia que o Bolsa-Escola não chega ao grande público e a imagem negativa e generalizada de seu governo ocorre porque não se consegue tornar público grande parte dos êxitos da gestão. Nesta mesma ocasião, comentou as pesquisas de opinião pública realizadas pelo Instituto de Pesquisas Data Folha, em que aparece nos últimos lugares entre os governadores pesquisados:

Na penúltima pesquisa, era o último colocado, agora melhorou um pouco. Eu acho que provavelmente não é absurdo. Por exemplo, essa importância do funcionalismo público. Nos outros estados o funcionalismo público representa uma parcela muito pequena da opinião pública. No meu caso, é uma parcela considerável. Segundo, o fato de que os outros funcionários públicos federais estão descontentes com o governo federal, mas isto repercute em cima de mim também. Terceiro, o desemprego em Brasília, em vez de ser pôr a culpa no governo federal, se põe no governo do DF. (Buarque, 1998, p.182).

Salienta que o nível de rejeição que possui junto ao funcionalismo público ocorre, em parte, porque o Governador que o antecedeu, Joaquim Roriz, contratou irregularmente dez mil servidores, os quais Cristovam Buarque demitira para substituição mediante concurso público. Ressalta ter

consciência de que sua atitude é equivocada do ponto de vista eleitoreiro, uma vez que os novos contratados não lhe deverão favores e os demitidos o rejeitarão.

Avalia que o sindicato foi o responsável pelo índice de rejeição que possui junto aos professores, apesar de ter instituído o maior piso salarial da categoria no país. Recorda que, no início do governo, o sindicato ameaçou greve e, por insegurança e falta de habilidade, cometeu o erro de ceder às suas exigências, pois a ideia de estabilidade integrada à irredutibilidade do salário só é possível com a inflação. Isto é, com estabilidade monetária não havia possibilidade de aumento salarial para o funcionalismo público, a receita não acompanhava a demanda e 82% do orçamento estava comprometido com a folha de pagamento, o que não é compatível com a legislação nem com o seu compromisso popular.

Durante sua gestão, liberou aumento de salário somente para a educação, saúde e segurança, deixando, por três anos, as demais categorias sem reajustes. Justifica que, em reação, o sindicato mobilizou os meios de comunicação, permeando a consciência dos servidores e colocando-os contra o Governo. Ressente-se, particularmente, com a atitude dos professores, em face do compromisso que possui com a categoria, e o reajuste salarial dado a ela no decorrer de seu Governo; os grupos de professores que recebiam menores salários tiveram 100% de aumento em seus rendimentos, e os demais grupos receberam, em média, 35% de aumento:

Mesmo assim, eu não tenho a simpatia dos professores, não diria que sou odiado, isso não acredito, não, a não ser por uma parcelazinha, o presidente do sindicato, esse pessoal, sim, sem dúvida (...). Agora, a média não dever ser, porque eu vivo nas escolas. E você não consegue odiar quem está no meio de vocês, eu passo o tempo todo indo lá, conversando, discutindo, abraçando, falando. Mesmo assim, não há a receptividade que acho que deveria haver. Eu sofro com isso, não vou negar, há umas coisas que me tocam emocionalmente. (Buarque, 1998, p.66).

Verbaliza não ser contrário ao corporativismo, desde que este não queira controlar o governo. O sindicato, cujos dirigentes são ligados ao PT, “não compreendeu que ser governo exige administrar, e administrar com estabilidade monetária impede aumentos substanciais.” (Buarque, 1998, p.58). Cristovam Buarque possui dificuldade com a ala do PT ligada aos sindicatos, ala que denominou de “petezinho das corporações” (Buarque, 1998, p.58), porém mantém boa relação com a ala moderada.

Cristovam Buarque agregava, ainda, a rejeição junto aos opositores políticos:

(...) no começo tentaram passar a da incompetência, da falta de autoridade, não saber para onde vai o governo. Acho que tentaram passar muito isso. De ‘não se sabe para onde vai’, eu acho que ainda existe um pouco. Há dúvida sobre qual o rumo de longo prazo do governo. É um governo que vai dar casa para todo mundo ou é um governo que expulsa a gente da casa? Como é um governo que quer fazer as duas coisas, fica ambíguo, mas é a realidade do presente. É da ambiguidade. De incompetência, acho que não passa mais. Porque nunca houve tanta obra, porque os compromissos estão sendo cumpridos. (Buarque, 1998, p.182).

88

Ele é consciente de sua rejeição, mas, ainda assim, posiciona-se contrário ao clientelismo e favorável à legalidade. Tem clareza da imagem de não ser um “governo amigo do povo”, referindo-se à polêmica gerada pela política de trânsito do Distrito Federal com a implantação de radares eletrônicos. E, também, a um episódio de despejo, realizado pelo governo, por meio de ação da Polícia Militar. O despejo ocorreu em moradias que se situavam irregularmente em áreas destinadas ao setor industrial e à reserva ecológica do Distrito Federal. Cerca de 10.000 (dez mil) pessoas moravam no local ocupado desde o final do governo anterior. Quando houve nova ocupação naquela área, Cristovam Buarque interveio, retirando-os sob a ação da polícia. Sua intolerância é justificada por se tratar de uma área industrial e de reserva ecológica, por conseguinte, não destinada a residências. Argumenta, ainda, a necessidade e o direito dos que ali moravam e a

existência de um projeto para o local que atenderia a toda a cidade. Avalia que neste episódio teve total apoio da população de Brasília.

O resultado das urnas, nas eleições de 1998, corrobora a insatisfação da maioria da população do Distrito Federal. No primeiro turno (TSE, 1998), candidato pelo PT e coligado com os partidos PDT/Partido Verde (PV)/Partido Socialista Brasileiro(PSB)/Partido Comunista(PC) do Brasil (B)/Partido da Mobilização Nacional(PMN), Cristovam Buarque conquista 42,6% do eleitorado e Joaquim Domingos Roriz, candidato do PMDB, cuja coligação se dá com o Partido Progressista Brasileiro (PPB)/Partido Republicano Progressista (PRP)/Partido Trabalhista do Brasil(PT do B)/Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA)/Partido Social Democrático (PSD)/Partido do Movimento Democrático Brasileiro(PMDB)/Partido Social Trabalhista (PST)/ Partido da Reconstrução nacional(PRN), alcança 39,2% dos votos. Já no segundo turno das eleições, o candidato do PMDB conquista 51,7% dos votos contra 48,3% do candidato do PT, o que não permitiu a reeleição de Cristovam Buarque ao Governo do Distrito Federal.

89

2.2. No Senado Federal

Cristovam Buarque foi eleito senador pelo PT, em 2002, porém só desempenhou tal função no ano de 2004, uma vez que, no ano de 2003, assumiu o Ministério da Educação (MEC). Nosso foco será o período entre 2004 e 2006. No Senado, sobe à tribuna para proferir seu primeiro discurso (Buarque, 2004a) somente cem dias após o seu retorno àquele parlamento e o justifica por prudência e respeito ao momento histórico em que vive o país, referindo-se à queda do Brasil no ranking das potências mundiais - da oitava posição para a décima quarta e ao encaminhamento, indefinições e crises que se apontavam no Governo Lula. Em seu primeiro discurso na Plenária do Senado, dedica-se a falar ao Presidente da República, reiterando o apoio ao seu governo e lembrando que, em 2002, o Brasil elegeu, sob a égide da esperança, o “mais preparado presidente” para

conduzir as mudanças no país. Ressalta que nenhum outro estabelecera compromissos ou compartilhara sonhos e sentimentos com o povo, enfim, nenhum outro conhece tão bem a realidade do povo brasileiro quanto o presidente Lula.

Falando com a “franqueza de um aliado”, Cristovam Buarque avalia que, depois de quase metade do mandato, o Governo não conseguiu fazer sentir o novo rumo de que o Brasil precisa e hoje gera desesperança. Observa que o Governo ainda não definiu seu legado, ou seja, o que pretende deixar como marca para as futuras gerações, e mantém-se aprisionado à antiga lógica do crescimento econômico, ao invés de subordiná-lo ao social. Em síntese, não ruma para completar a abolição ou a república. Reitera a necessidade de este Governo ir além das premissas da democracia e da estabilidade monetária para superar a apartação social. Avalia que ocorre certa arrogância no exercício do poder, submissão às amarras da burocracia e influência negativa do círculo de pessoas que rodeiam o presidente, que o aprisionam à antiga lógica econômica e o impedem de agir com criatividade e ousadia. Faz um apelo ao Presidente:

(...) ouvir aqueles que lhe fazem oposição, que têm ideias diferentes daquelas do grupo que o cerca, mas não para cooptá-los, aumentando sua base de apoio em troca de favores. Que convide os mais radicais opositores, os incorruptíveis, os que vão lhe dizer a verdade. Que abra o diálogo com a Oposição. Diga-lhes o que pensa, mas, sobretudo ouça o que eles têm a lhe dizer (...) use seu instinto para ouvir vozes diferentes, vozes de fora do Palácio e avessas à bajulação (...). (Buarque, 2004a, p.4).

Apela, ainda, aos demais senadores para que apóiem, de forma crítica e com propostas, o Presidente Lula e o auxiliem a devolver a esperança ao país, pois:

Nossa sensação é a de que a esperança está prisioneira. Em 2002, a esperança venceu o medo; em 2003, parece que o medo venceu a esperança. E só o Presidente é capaz de libertá-la, retomando, com ações e gestos em 2004, o que em 2002 soube fazer com as promessas. (Buarque, 2004a, p.5).

Como se observa, mantém o apoio ao Presidente e a acidez na análise ao Governo.

A pauta dos primeiros discursos de Cristovam Buarque na plenária do Senado, em 2004, versou sobre o aumento do salário mínimo, tema recorrente no cenário brasileiro. A discussão nacional perpassava pelo aumento do salário mínimo entre R\$260,00 (duzentos e sessenta reais) e R\$300,00 (trezentos reais) e Cristovam Buarque se solidariza ao Governo no veto ao aumento, argumentando que tal aumento é irrisório e não acabará com a “escravidão” ou proporcionará dignidade ao trabalhador. Para ele, o Brasil não produz o suficiente para propiciar o salário mínimo necessário e adequado para uma vida digna ao trabalhador. Há de se considerar, ainda, que toda vez que o salário mínimo aumenta, parte do custo é assumido pelo poder público, que possui limitações orçamentárias que, se não respeitadas, podem se transformar em um engodo com o aumento de salário e posterior subtração deste pela inflação. Defende, portanto, um salário mínimo necessário e possível, acrescido daquilo que em realidade liberta o trabalhador: escola, saúde, segurança, saneamento, que extrapola o sentido do pouco dinheiro que se coloca no bolso do trabalhador (seja ele R\$260,00 - duzentos e sessenta reais - ou R\$300,00 - trezentos reais) e amplia a atuação do Estado àqueles que não ganham sequer um salário mínimo.

91

Lamenta que, junto à proposta de aumento do salário mínimo, o Governo não desenvolva, após um ano e meio de gestão, um conjunto de medidas que garantam a dignidade do trabalhador (Buarque, 2005d), por meio do acesso gratuito a bens e serviços e não do que o salário lhe permita comprar. Assim, apoia a proposta do governo em relação ao mínimo aumento ao salário, porém o condiciona à implantação de ações que garantam a melhoria da condição de vida do trabalhador: continuidade aos Programas Brasil Alfabetizado e Poupança Escola (parados no ano de 2004), aumento do valor do Programa Bolsa Família, implantação do Programa de Habitação Popular, ampliação do Programa Saúde da Família,

criação de Programa de Crédito Popular, entre outros.

Propõe dois encaminhamentos: elaborar um substitutivo da Medida Provisória sobre o aumento do salário mínimo, com estudo, análise e condicionalidades e preparar artigos e regulamentações para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 (LDO /2005), que incluam o salário mínimo e seus complementos para a qualidade de vida do trabalhador. A segunda proposta se traduz num convite aos demais senadores para que discutam, de forma concreta e planejada, o salário mínimo para os próximos anos, a partir das necessidades do trabalhador.

Mesmo apoiando a proposta, reitera sua opção pela universalização do ensino médio, quando da discussão pelo Senado da proposta do Programa Universidade para Todos (ProUni), por entender que não se trata de uma Universidade para Todos, mas para os privilegiados que passam no vestibular:

92

(...) é óbvio que eu preferia votar um projeto Escola para Todos, um projeto não que assegurasse um número maior de alunos estudando gratuitamente em escolas particulares, mas a garantia de que todos os alunos deste País terminariam o ensino médio e disputariam em condições de igualdade uma vaga na escola pública, na universidade pública (...) deveríamos estar aqui discutindo – de vaga a partir dos quatro anos até os dezoito. É claro que deveríamos estar aqui discutindo uma lei de responsabilidade educacional para cada governante brasileiro que ficasse inelegível se não cumprisse suas obrigações educacionais. (Buarque, 2004d, p.3).

Em 2005, ainda representando a legenda, assume claramente seu descontentamento em relação ao PT. Assegura que a militância que carregava as bandeiras, das quais acredita é a do partido dos anos de 1994, 1998 e 2002, que mantinha acesa a capacidade de sonhar. Em sua análise, o PT foi o primeiro partido a abarcar a ideia de transformação social (Buarque, 2005g), porém, estando no poder, frustrou tal possibilidade e, ao sair dele, deverá deixar um Brasil igual ao que encontrou em sua chegada.

Deu continuidade a bons projetos herdados de outras gestões, no entanto, contemporaneamente, faz parte da elite e não deixará marcas ou legados.

Para Cristovam Buarque, a classe política brasileira precisa de purificação da corrupção pelos atos que caracterizaram boa parte dos quatro anos do atual governo; do corporativismo, que faz com que o “Governo aja como se o Brasil fosse um quebra-cabeça a ser montado e não uma nação a ser construída.” (Buarque, 2006i, p.4); do imediatismo, pelo desconhecimento de propósitos de médio e de longo prazo. A crítica se reporta a todos os níveis de poder, porém atém-se à Presidência da República:

(...) E o Brasil? Ele não entra no discurso do Presidente (...). Nem o Brasil nem o longo prazo. É como se o Presidente ainda trabalhasse com a ideia de data-base com a qual os sindicatos trabalham (...). Brasil trabalha hoje com datas-base e não com períodos históricos. (...) o Presidente precisa de uma purificação. Ele precisa também entender que o Governo não trabalha só para o imediato nem só para as corporações, mas para a Nação e para o longo prazo. Não vemos isso. (Buarque, 2006i, pp.4-5).

93

Mais contundentes, as críticas ao Presidente da República referem-se aos aspectos gerenciais e executivos e situam-se, em particular, ao seu posicionamento frente às denúncias de corrupção à base do partido no Governo: quando questionado sobre as denúncias, o presidente Lula verbalizava desconhecer os fatos.

O encaminhamento dado pelo Governo Lula ao Programa Bolsa Escola (Buarque, 2006j), ao juntá-lo com o Vale Gás e Bolsa-alimentação, transformou-o em Bolsa Família, que para Cristovam Buarque se configura em retrocesso conceitual: o Governo abandonou a proposta emancipadora do Programa Bolsa Escola, que tem o olhar no futuro, para investir em um projeto paternalista, de caráter imediatista e eleitoreiro. Em síntese, o Governo ignorou o projeto de construção de uma nova geração em prol de resultados positivos na eleição.

Em seu discurso, a acidez se faz presente quando recorda que, no período em que defendeu dentro do PT o Programa Bolsa Escola, teve reações contrárias daqueles que se consideravam da ala de esquerda, mas, passado o tempo, o ícone levantado por essa mesma ala é o Bolsa Família, que nada tem de emancipação. Percebe as qualidades de generosidade do Programa Bolsa Família, porém, ainda que se deva respeitá-la, generosidade não é transformação ou revolução. Salaria que o PT faz um governo sem inspiração e sem bandeiras, que não entende que a ideia do socialismo hoje, não é mais a distribuição de renda pela estatização dos meios de produção, mas a distribuição do conhecimento pela revolução educacional.

Classificou o Programa Bolsa Família como um equívoco (Buarque, 2004c), que pode pesar sobre o presidente Lula a marca de destruir um projeto iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso (Bolsa Escola), que orgulha o cenário internacional e aponta para a solução do problema social do país. Insiste que, na tentativa de unir diversos programas, o Governo “misturou coisas diferentes”: finalidades, públicos e órgãos gerenciais diferentes. Quando a imprensa divulgou denúncias de recebimento indevido de recursos do Programa Bolsa Família por famílias que não se encontravam nos critérios para recebê-lo, observou que a indignação da opinião pública concentrou-se no fato de que recursos financeiros foram parar em “bolsos errados”, porém não houve indignação com as precárias condições físicas das escolas que foram mostradas na reportagem. Isto evidencia que a corrupção do comportamento das pessoas incomoda, porém a corrupção das prioridades do Governo, não. Ressalta que um dos critérios fundamentais para o Bolsa Família deveria ser a frequência à escola, no entanto, não há possibilidade de controle de tal condicionalidade, razão pela qual há de se mudar a concepção desse programa.

Imprimindo certo saudosismo, relembra que o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi o autor de uma das grandes generosidades, raras em política, ao adotar, para o Programa que ele levou ao Brasil inteiro, o nome Bolsa Escola, criado em 1994, na campanha eleitoral. Manteve a finalidade

educacional do Programa e, em complementação, criou outros programas assistenciais para garantir renda, alimentos e remédios.

Em relação ao Governo Lula, avalia que houve omissão (Buarque, 2005l) do Senado e do Congresso, o que fez com que se perdesse o sentimento de liderança e estadismo. Questiona a insistência do Governo Lula em acreditar que as políticas econômicas permitirão reverter a desigualdade (Buarque, 2005i) e defende uma transição por determinação do Governo, para que a economia siga o seu rumo e não se desestabilize. Isso será possível através de um choque social, com medidas de reversão do quadro de pobreza e retomada do crescimento econômico, isto é, com programas de habitação popular, construção de escolas, saneamento básico, que, de fora para dentro, dinamizariam a economia.

Assegura que a economia brasileira é um indicativo de que a independência da república está incompleta, porque depende de credores internacionais, do fornecimento de produtos e conhecimentos científicos e tecnológicos estrangeiros. Reitera:

E completar a independência significa, em primeiro lugar, antes de qualquer outra coisa, dizer que este País é de todos, e ele não vai ser de todos enquanto tivermos quinze milhões de adultos que não sabem ler; enquanto apenas um terço dos nossos jovens termina o ensino médio, e mesmo esses, ensino médio sem qualidade; enquanto as nossas universidades estão abandonadas e não são capazes de produzir a ciência e a tecnologia, que é o instrumento fundamental da independência no mundo do século XXI. (Buarque, 2005e, p.3).

Para completar a independência é necessária a democracia. A liberdade é fundamental à democracia, ainda que por si não seja suficiente, pois não sobrevive à democracia cujo governo não for capaz de responder aos problemas do povo e não possuir legitimidade em cumprir as seguintes condições (Buarque, 2005f):

1. Manter a economia funcionando. O Governo do PT está cumprindo

esse requisito, mesmo não a fazendo avançar através de políticas sociais.

2.Cumprir as promessas assumidas na campanha. O Governo não as cumpre ou não explica por que não cumpre, causando impaciência e descontentamento.

3.Fazer as reformas sociais que o país precisa; O PT não está fazendo as reformas sociais necessárias.

4. Clareza da honestidade. A corrupção não apenas deteriora o governo, mas transforma a impaciência do povo em rebeldia, e a rebeldia, em revolução. O clima de conturbação, nos últimos tempos, surge contra todos, seja situação ou oposição, e esse é o perigo para o qual o Brasil precisa acordar.

96 Para Cristovam Buarque a luta democrática, estabelecida entre os anos de 1964 e 1985, está incompleta, pois pressupõe liberdade política da militância e justiça social. O que significa dizer que a esquerda ou a direita que administrou este país não completou a democracia com as necessárias reformas sociais, deixando a injustiça social corroer o processo democrático. Para se completar a democracia, iniciada na década de 80, novas bandeiras de luta surgem:

Vinte anos depois de 1985, 'Sem Censura' significa 'Alfabetização' de todos para que possam ler aquilo que é escrito, sem censura. Nós não tínhamos o direito de ler, por causa da censura, agora, 20 milhões de brasileiros não têm o direito de ler porque não aprenderam a ler. Para eles, a censura ou não censura não faz diferença (...). 'Diretas Já', significa 'Educação' universal de qualidade equivalente para todos os brasileiros independente da renda da família (...). 'Anistia' significa um 'Salário Digno' para todos. 'Constituinte' quer dizer hoje 'Fim da Apartação' (...). Não mais 'anistia', 'diretas', 'constituinte', 'liberdade', mas 'distribuição da renda', 'reforma agrária', 'erradicação do analfabetismo', 'abolição do trabalho e fim da prostituição infantil e de adolescentes', 'federalização da educação básica', 'redução da desigualdade

regional', 'proteção ao meio ambiente', 'defesa da soberania', 'atendimento das necessidades essenciais', 'transformação de necessidades em demandas'. (Buarque, 2005a, p.3-4).

Para completar a democracia, mudam-se os objetivos, mas não a necessidade de mudar o Brasil, imprimindo-lhe justiça social.

Buarque (2006a) questiona, ainda, a existência da democracia, uma vez que os partidos políticos ficaram tão iguais por fora e tão pouco nítidos por dentro. A inexistência de debate e o pensamento unificado levam a um panorama simplista de crítica e contracrítica. A ausência de debate conceitual significa que o Governo é tão parecido com a oposição que com ela se confunde.

Referenda avaliações anteriormente feitas sobre a eleição do Presidente Lula (Buarque, 2005h), salientando que o povo brasileiro deu provas de sabedoria e ousadia quando acreditou e elegeu, em 2002, um presidente vindo das camadas populares, sem curso superior, pobre e de esquerda. Lamenta, porém, que, após três anos de mandato, os políticos não tiveram a sabedoria de entender o que ocorre no Brasil nem a ousadia de transformar a realidade. Não vislumbra mais a possibilidade do PT ou qualquer outro partido fazê-lo. Somente uma coalizão, que transcenda os partidos e se forme a partir do bloco de esquerda, poderá criar um movimento nacional dos inconformados com a realidade que buscam a transformação. Na coalizão, o país inteiro se une em prol de objetivos comuns à nação. Não se trata de cooptação ou conchavo.

Ressalta ainda, que, nos quatro anos de gestão, o Governo Lula não cumpriu com a imensa maioria dos compromissos assumidos em campanha, particularmente os relacionados à educação. Não fez a revolução que se esperava e o pouco que avançou, no ano de 2003, foi interrompido, como o Programa de Erradicação do Analfabetismo, o Programa de Federalização da Educação de Base, o Programa de Integração das Escolas por meio da escola interativa, o Programa de Implantação do Horário Integral, por meio

da Escola Ideal. Recomenda ao Presidente:

(...) reconheça algumas falhas. Não o vi ainda deixar isso claro. Por acaso disse a alguém que, nesses três últimos anos de Governo, a educação de base foi relegada? Que os compromissos de campanha não foram cumpridos? Por acaso reconheceu que fecharam uma secretaria que tinha por objetivo a erradicação do analfabetismo? (...). Pararam um programa como o Escola Ideal, que estava implantando o horário integral em cidades inteiras deste Brasil! Falo de cidades inteiras e não de escolas isoladas. Vinte e nove cidades estavam sendo revolucionadas (...). Não é, por acaso, algo que merece uma reflexão de reconhecimento de erro? Falar do erro na relação com a Oposição até aqui não é correto? Sobretudo o tratamento que recebeu Leonel Brizola, por parte do Governo, depois de ter dado apoio no segundo turno, depois de ter dado apoio entrando no Governo. Foi relegado, desprezado, isolado, ignorado. Não merece isso, do Presidente, uma reflexão? (Buarque, 2006h, p.2).

98

O Governo Lula, na gestão de Cristovam Buarque no Ministério da Educação e Cultura (MEC), criou o Projeto Escola Básica Ideal, nos moldes dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) de Brizola, dando prioridade à escola e não ao prédio escolar, e ao conjunto das escolas, não apenas a algumas unidades. Já em 2003, o programa foi implantado em 29 (vinte e nove) cidades, escolhidas entre as mais pobres e de menor população, com transferência de recursos para ações de infraestrutura, formação e valorização de professores.

A Escola Básica Ideal significou os primeiros passos para a federalização da educação básica, cuja meta era completar a revolução educacional em 15 (quinze) anos. Para o ano de 2004, foi reservado orçamento suficiente para implantar o programa em outras 131 (cento e trinta e uma) cidades, porém os recursos destinados não chegaram a todos os municípios e o orçamento de 2004 ficou paralisado. Também, nos moldes do CIEP de Brizola, a Escola Básica Ideal acabou; Cristovam Buarque lamenta a extinção dos CIEPs de Brizola pelo governo que o sucedeu, e o de Lula, pelo seu próprio governo.

Com relação aos projetos do Governo na área da educação, assegura que eles traduzem o descompromisso do país para com a criança e o adolescente, ressaltando que a elite dirigente só descobre a criança quando esta chega à universidade e a preocupação do MEC é com a educação técnica e superior. Assim, a implantação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) não fará qualquer revolução na educação do Brasil, pois não é uma proposta inovadora, uma vez que foi remodelada a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), criado no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo acrescido somente o ensino médio e a pré-escola. Não é, também, um programa nacional, que inclua a totalidade dos municípios, nem de transformação, trazendo uma elevação pequena no salário de alguns professores de algumas cidades. Cristovam Buarque não se posiciona, portanto, contrário ao FUNDEB, porém entende que, com o investimento que lhe é destinado e por si só, não resolverá o problema da educação.

Reitera, na plenária do Senado, a necessidade de federalizar a educação como alternativa de se criar um padrão para a educação em todo o território nacional, pois

99

(...) não é possível que uma criança que nasce numa cidade do interior do seu e do meu Nordeste tenha uma escola de pior qualidade do que a que nasce numa cidade rica de outras regiões do País. E não porque o prefeito não dê importância à educação, mas porque não tem os recursos necessários. (Buarque, 2004b, p.2).

A nacionalização da educação básica é uma condição necessária para fazer a revolução educacional de que o Brasil precisa. E essa revolução começa pelo professor, que é o construtor do futuro e tem como matéria-prima o aluno. É, portanto, elemento fundamental de construção de cidadania, da consciência e imaginário coletivo.

Não é possível uma boa educação se o professor não tiver uma boa formação e não ser dedicado, mas, para conseguir isso, terá de ser bem

remunerado. Reitera a defesa de se estabelecer um piso salarial nacional para o professor da educação básica:

As universidades e as escolas técnicas têm salários unificados para o professor. Não importa o lugar da universidade, o salário do professor é o mesmo. Porém, em relação à educação básica, é como se ela fosse secundária, relegada, como se não fosse a base da própria universidade – os salários são tão diferenciados a ponto de 80% dos professores ganharem menos de R\$ 250,00 por mês, menos do que o salário mínimo. Isso deveria ser até ilegal! (Buarque, 2005j, p.2).

Lembra que o piso salarial unificado, com subsídios do Governo Federal, vinculado a critérios de seleção e participação, era um compromisso de campanha do Presidente Lula, e os que o apoiaram esperavam que essa promessa fosse cumprida. Tal proposta foi iniciada em 2003, porém o “Governo que começou o programa” desativou-o.

100 Questiona o compromisso do Governo com as crianças e adolescentes do país, tanto com as que estão dentro, quanto com as que estão fora da escola. Cobra que, desde abril de 2003, está na Casa Civil um projeto que pretendia cumprir o compromisso de campanha do Presidente de garantia de vaga em escola perto de casa, a toda criança, no dia em que completasse quatro anos de idade. Questiona a demora e vislumbra uma alternativa: criar demanda, isto é, colocar a criança em sala de aula, independentemente da estrutura física e humana da escola; “(...) Nos primeiros meses e anos, não vai haver professor, vai ser uma criança a mais na sala, vai dividir a merenda; mas vai criar a demanda.” (Buarque, 2005m, p.1). Essa demanda institui direitos e se transforma em realidade, isto é, pressiona o atendimento. Assim, a demanda tem toda a possibilidade de ser atendida, enquanto que a necessidade é condenada ao não atendimento.

Usa o mesmo raciocínio quando analisa a possibilidade de acabar com a pobreza no Brasil e entende que poucas demandas se criam porque não se estimula o povo a demandar. Acredita-se que a demanda tem como base o

orçamento existente e é necessário descartar essa explicação econômica, equivocada e simplista.

Considerando os indicadores sociais e a desresponsabilização do Governo Federal para com a criança e o adolescente, deixando-os sob total responsabilidade da família e dos municípios, propõe a criação da Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, através do Senado Federal (SF), Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº. 50, de 02/03/2005. A agência será vinculada, diretamente, à Presidência da República e terá como finalidade definir diretrizes, regular, acompanhar, controlar e avaliar a execução das políticas destinadas à proteção da criança e do adolescente, emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e à luz do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), buscando assegurar a sistematização, a organicidade e a intersectorialidade na concepção e na execução das políticas mencionadas.

Lamenta que MEC seja responsável apenas pelas crianças que estão na escola e, sobretudo, pelos jovens e adultos que estão na universidade; o MEC não tem relação com as crianças que estão fora da escola e o Presidente não tem direito de se omitir sobre esse assunto. (Buarque, 2006b). Manifesta vergonha e tristeza ao ver que o Governo, que ajudou a eleger com tanta esperança, não demonstrou qualquer gesto radical para enfrentar os problemas como o trabalho infantil, a prostituição infantil e a violência entre os jovens. Manifesta vergonha, ainda, pelo abandono da infância no Brasil e pela manutenção de uma elite aristocrática de um lado, e a pobreza excluída, de outro; por 40 milhões de crianças frequentarem escolas sem qualidade e 5% sequer chegarem a se matricular (Buarque, 2006g); pelas oportunidades perdidas em investir na promoção por meio da educação; e acrescenta:

E sinto ainda outras tristezas – e vergonha também! –, como, por exemplo, de ter tentado, como Ministro da Educação, e não ter conseguido, ficar mais tempo do que fiquei. E também sinto vergonha e tristeza pelo que deixei iniciado, sem deixá-lo costurado de maneira que fosse irreversível. Sinto,

então, responsabilidade por isso (...) Do mesmo modo, também sinto tristeza e vergonha de, como Senador, fazer este discurso e pouco mais. O que mais vou fazer além deste discurso? Às vezes, penso que, como professor, este discurso poderia ser mais respeitado, poderia surtir mais consequências, porque, se não houvesse eleitores, haveria adeptos. Hoje, não sei se tenho eleitores, e adeptos não vão atrás de Senadores, porque estamos desmoralizados! (Buarque, 2006c, p.5).

Para Cristovam Buarque a desmoralização atinge também o Governo, pois era esperado que fosse além da continuidade, no entanto, ao invés de realizar a inversão das prioridades, optou pela inversão de valores. Sustenta aí a ideia da banalização do "pecado" (Buarque, 2006d), em que a capacidade de indignação é substituída pela tolerância à mentira, à corrupção, ao crime e demais "perversões" do processo social brasileiro. Na sua "obsessão", Cristovam Buarque analisa este quadro a partir das consequências do panorama político brasileiro na educação das crianças. Reitera, contudo, sua crença em construir a utopia, não abandonando o sonho de transformar a realidade econômica e social numa sociedade justa, soberana, sustentável e eficiente. (Buarque, 2006e).

Reconhece e parabeniza o então Ministro Tarso Genro (Buarque, 2005b) pela defesa à troca da dívida externa por educação e por apresentar e trazer ao debate nacional a proposta de reforma universitária. A bandeira da troca da dívida, atualmente com a chancela do Governo Federal, surge em 1996 e é consolidada no Encontro dos Ministros da Educação das Américas, realizado na Cidade do México. Para alavancar o processo de federalização da educação, Cristovam Buarque propõe ampliar a proposta, trocando a dívida interna dos estados e municípios com a União por investimentos na educação. Afirma que, com apenas 20% da dívida dos estados e municípios, será possível dar "um grande salto" na educação básica do país. Entende como um avanço a proposta de reforma universitária, ainda que a considere tímida e pontual por tratar superficialmente a atual estrutura universitária, focando os aspectos relacionados ao financiamento, organização e

gerenciamento. Apresenta alguns erros conceituais presentes na reforma: trata público como sinônimo de estatal, e particular como sinônimo de interesse privado; não trata do ensino à distância; credita ao diploma o significado de competência; não referenda o aprendizado ao longo da vida para o exercício de uma função qualificada. A proposta traz, ainda, a ideia da popularização da universidade, através do acesso das camadas populares, ignorando a realidade social que requer a universalização do ensino médio de qualidade e a popularização do serviço dos que nela estudam ou estudaram.

Defende que a reforma universitária tem de considerar todo o sistema educacional e, enquanto a educação básica de qualidade continuar restrita a poucos privilegiados, não haverá reforma capaz de construir a universidade que o país precisa para competir e contribuir na formação do pensamento de nível superior. Salienta que se trata de um erro técnico, moral e político discutir a universidade sem antes discutir a educação básica.

103

Propõe discutir, na Comissão de Educação, o projeto de reforma da universidade. Mas uma "reforma verdadeira", que altere o conceito de público e de privado, que no projeto é tratada como estatal e particular; que traga a ideia da educação permanente; que insira o ensino aberto; que defina a relação da universidade e o setor privado. (Buarque, 2005k).

Cristovam Buarque é o primeiro político a deixar a legenda do PT após as denúncias de corrupção envolvendo o partido. O escândalo do "mensalão", suposto esquema de pagamento de propina a parlamentares da base do governo em troca de apoio político, aliado à postura do presidente em administrá-lo, corroboraram com sua desfiliação: "(...) a fala de Lula não apresentou a 'dimensão histórica' que o momento exige e não esclareceu suficientemente as denúncias de irregularidades que provocaram a atual crise política." (Folha On Line, 2005, parágrafo 9). Some-se a isso: os conflitos explícitos de Cristovam Buarque com o ex-ministro da Casa Civil,

Deputado José Dirceu (PT-SP); seus atritos com o chamado “núcleo duro” do partido; suas críticas ao PT e o fato de não pertencer à ala de esquerda do partido e dela receber resistência.

Assim, no segundo semestre de 2005, Cristovam Buarque sai do PT e filia-se ao PDT. Em 2006, com esta legenda, candidata-se à presidência da República, empunhando a bandeira da educação básica e acreditando que o novo partido manterá a utopia da revolução por meio da educação: “Vamos, sim, mostrar que é possível tirar de alguns lugares para colocar na educação básica e também em outros projetos sociais.” (Buarque, 2006f, p.5). Recebe somente 2,64% dos votos válidos em eleição que garante o segundo mandato do Presidente Lula.

A filiação de Cristovam Buarque ao PDT não foi acidental. Possui antigas afinidades com este partido, cuja história está vinculada a dois grandes defensores da educação no Brasil: Leonel Brizola e Darcy Ribeiro; e em seu estatuto (PDT, [n.d.]) estabelece como compromisso, “a educação, causa de salvação nacional, prioridade das prioridades: alimentar, acolher e assistir a todas as crianças do País, desde o ventre materno; educá-las e escolarizá-las em tempo integral, sem qualquer tipo de discriminação”.

No período em que esteve no Senado, Cristovam Buarque apresentou: Projeto de Lei do Senado - SF PLS, nº.182, de 23/05/2005, no qual propõe alterar o Decreto-Lei, nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores para definir, como crime de responsabilidade, a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Proposição de Emenda Constitucional de alteração dos arts. 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal, e acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica - SF Proposta de Emenda Constitucional (PEC), nº. 74, de 13/12/2005; proposta para inserir parágrafo no artigo 87, da Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), de modo

a assegurar, aos docentes da rede pública, que não tenham habilitação de nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores - SF PLS, nº.3, de 28/01/2004, e autorizar o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos - SF PLS, nº.59, de 23/03/2004; inclusão do inciso X ao art. 4º, da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade - SF PLS, nº. 3, de 16/01/2006; proposta de implantação do Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não alfabetizados com idade acima de 15 anos e do “Quinquênio da Alfabetização”, que prevê incentivo financeiro às pessoas com idade superior a 15 anos que se alfabetizarem - SF PLS, nº.117, de 02/05/2006; Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica - “Poupança Escola” - SF PLS, nº.60, de 23/03/2004; alteração da redação do inciso II, do art. 4º, e do inciso VI, do art. 10, da Lei nº.9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público - SF PLS, nº.6, de 16/01/2006; proposta de abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação - SF PLS, nº.145, de 03/05/2005; proposta de alteração da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com vistas a garantir atendimento médico e odontológico ao educando no ensino fundamental público; a assegurar a oferta regular da educação escolar; a dispor sobre a avaliação do rendimento escolar e dos estabelecimentos de ensino; a criar mecanismo de articulação entre educação superior e educação básica; e a garantir licença periódica nos planos de carreira dos profissionais da educação básica e superior pública - SF PLS, nº.4, de 16/01/2006; Projeto de Lei do Senado - SF PLS nº.375, de 03/11/2005, que propõe estabelecer normas gerais de organização, funcionamento e avaliação da educação superior e dá outras providências, partindo da revisão do papel da universidade e vindo ao encontro do compromisso com a qualidade, sem o qual não há contribuição à humanidade para, ao mesmo tempo, promover a capacidade

institucional e criar o ineditismo na produção intelectual como forma de elevar o patrimônio cultural de toda a humanidade; e SF PLS, nº.116, de 02/05/2006, para acrescentar parágrafo único ao art. 51, da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas.

3. CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

A ação política de Cristovam Buarque como representante do PT e, posteriormente, PDT, permite-nos entendê-lo como um intelectual que, a exemplo de Sartre em relação ao Partido Comunista, "é companheiro de rota" do partido, sendo este, somente um instrumento para conquistar seus objetivos. Um intelectual à francesa, que subordina os princípios do partido aos seus princípios utópicos de uma nova sociedade e, de forma surpreendente, mantém coerência entre suas formulações teóricas e a ação política. Seus discursos e ações evidenciam que atribui menor importância à ideologia partidária e maior ao compartilhamento do compromisso com a educação.

Agindo com a mesma coerência principista, desvincula-se do PT e filia-se ao PDT, partido cuja história é ligada a dois grandes defensores da educação, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, e que, em seu estatuto, de forma inédita, assegura compromisso com a educação e a coloca como prioridade.

Cristovam Buarque é um intelectual cuja formulação de socialismo humanista o faz conhecido como "semeador de utopias", o que resulta difícil a efetivação prática. A ausência de pragmatismo imputa-lhe críticas e rejeições, o que se evidencia no seu Governo do Distrito Federal e em seu afastamento do Ministério da Educação.

Avessa à tecnocracia, sua visão humanista de modernidade ética, possivelmente influenciada pelo período em que estudou na França, permite entender a centralidade da educação em seus discursos e ações.

Obsessivamente advoga em favor da educação como instrumento para uma nova matriz social, sem apartação, com justiça e equidade. Sem reclamar certezas ou mesmo pureza na distinção entre intelectual e político, podemos considerar que Cristovam Buarque se apresenta como intelectual cuja trajetória profissional e política está vinculada à educação, o que dá pertinência à alcunha de “músico de uma nota só”, por sua paixão explícita e obsessão a essa causa.

Referências

Bobbio, Noberto (1997). *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Nogueira, Marco Aurélio. São Paulo, S.P.: Ed. da Universidade Estadual Paulista.

Buarque, Cristovam (1998). *Modernidade com ética*. Rio de Janeiro, R.J.: Revan (Série Quem É).

_____(2004a). *1º discurso - Combate à Pobreza*. Discurso proferido na plenária do Senado em 27 abr. 2004. Disponível em <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2966>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2004b). *Dia do construtor do futuro do Brasil*. Discurso realizado em 15 out. 2004. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2968>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2004c). *A educação é uma questão nacional*. Discurso proferido em 20 out. 2004 na plenária do Senado. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2969>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2004d). *Escola para todos*. Discurso proferido na plenária do Senado em 20 dez. 2004. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2970>; Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005a). *Apelo aos jovens*. Discurso proferido em 18 mar. 2005 na plenária do Senado. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2976>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005b). *Troca de dívida por investimento em educação*. Discurso

realizado em 29 abr. 2005. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2982>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005c). *Greve das universidades*. Discurso realizado em 03 nov. 2005 na plenária do Senado. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3017>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005d) *Dia do Trabalho*. Discurso proferido na plenária do senado em 02 mai. 2005. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2981>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005e). *Abolição incompleta*. Discurso proferido na plenária do Senado em 13 mai. 2005. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2986>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005f). Homenagem a Dom Luciano e ao Professor Cândido Mendes. Discurso proferido em 23 mai. 2005. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=2987>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005g). *A linguagem do povo*. Discurso proferido na plenária do Senado em 22 ago. 2005. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3001>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005h). *Pela ética nas prioridades*. Discurso proferido em 02 set. 2005 na plenária do Senado. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3004>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005i). *Mil Dias*. Discurso proferido em 27 set. 2005 na plenária do Senado. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3008>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005j). *Semana do futuro*. Discurso realizado em 11 out. 2005. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3011>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2005k). *Greve das universidades*. Discurso realizado em 03 nov. 2005 na plenária do Senado. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3017>. Acesso em 11 nov. 2007.

- _____ (2005l). *País que busca o futuro*. Discurso proferido em 31 nov. 2005. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3021>. Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2005m). *Educação para todos*. Discurso realizado em 05 dez. 2005. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3022>. Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2006a). *Que democracia é essa?* Discurso proferido em 07 mar. 2006 na plenária do Senado. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3029>. Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2006b). *Prostituição Infantil*. Discurso realizado em 15 mar. 2006 na plenária do Senado. Disponível em <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3031>; Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2006c). *Meninos do tráfico e prostituição infantil*. Discurso realizado em 22 mar. 2006. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3034>. Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2006d). *Romper a banalização*. Discurso realizado na plenária do Senado em 04 abr. 2006, Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3035>. Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2006e). *É hora de pensar o futuro*. Discurso realizado na plenária do Senado em 31 mai. 2006. Disponível: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3046>. Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2006f). *Mais recursos para a educação básica*. Discurso realizado na plenária do Senado em 01 jun. 2006. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3047>. Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2006g). *Vergonha*. Discurso realizado na plenária do Senado em 10 jul. 2006. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3054>. Acesso em 11 nov. 2007.
- _____ (2006h). *Contra essa participação na base de apoio do GovernoLula*. Discurso realizado em 27 nov. 2006. Disponível em:

<http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3063>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2006i). *Precisamos de uma purificação*. Discurso proferido na plenária do Senado em 21 dez. 2006. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3057>. Acesso em 11 nov. 2007.

_____(2006j). *Mais recursos para a educação básica*. Discurso realizado na plenária do Senado em 01 jun. 2006. Disponível em: <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=10&id=3047>. Acesso em 11 nov. 2007.

De Paula, José Humberto Matias (2006). *Cristovam Fez: A Trajetória da UnB ao Senado*. Brasília: Geração Editorial.

Folha On Line (2005). *Cristovam Buarque volta atrás e decide deixar hoje o PT*. Reportagem de 15 ago. 2005. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71425.shtml>. Acesso em 11 nov. 2007.

PDT[n.d.]. Estatuto do Partido. Disponível em: <http://pdt12.locaweb.com.br>. Acesso em 24 dez. 2007.

Silva, Helenice Rodrigues da (2002). *Fragmentos da história intelectual: Entre questionamentos e perspectivas*. Campinas,SP: Papirus (Coleção Textos do Tempo).

TSE (Tribunal Superior Eleitoral) (1998). *Resultados das eleições ao Governo do Distrito Federal*. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/sieeseireweb/seire.jsp?modulo=RE&anoConexao=1998>. Acesso em 11 nov. 2007.

